

EXIGÊNCIA DE TITULAÇÃO ACADÊMICA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE MERCADO: UM ENORME EQUÍVOCO

ou

A GRAVE AUSÊNCIA DA ACADEMIA NO TREINAMENTO CONTINUADO DOS PROFISSIONAIS DE MERCADO

Tenho consciência de que as opiniões por mim emitidas nesse artigo são polêmicas. Peço, no entanto, àqueles que delas possam discordar em parte ou in totum, que as tenham ao menos como uma honesta provocação de um debate que não podemos postergar, qual seja sobre o papel mais apropriado de nossas universidades à contínua qualificação dos profissionais de mercado atuantes no país, que se contam em várias dezenas de milhares, nas mais diversas áreas tecnológicas, e que hoje estão totalmente desprovidos de programas de treinamento especificamente adequados às características próprias de seu cotidiano profissional.

Desde há alguns anos vem se estabelecendo como conduta comum ao setor público, e crescentemente também ao privado, a exigência de titulação acadêmica (em nível de mestrado ou doutorado) para contratações de profissionais nos mais variados campos das Engenharias e das Ciências da Terra, como a Geologia, a Geografia, a Agronomia. Esse tipo de exigência, além de inadequado tecnicamente, como veremos, deixa inclusive transparecer um certo ar de inconstitucionalidade. Mas essa é outra história, voltemos à nossa questão central.

Obviamente, nas Universidades a titulação acadêmica, independentemente de seus méritos qualitativos circunstanciais, constitui a maior e a mais confiável referência para a progressão na carreira, para a assunção de determinadas responsabilidades no mundo do ensino, da pesquisa e da gestão de conhecimentos. Nesse ambiente ela faz total sentido, e é para esse específico objetivo que são concebidos os conjuntos de disciplinas e as normas de qualificação dos mais diversos programas acadêmicos de pós-graduação. Abrindo aqui um parêntesis, seria ótimo que a Universidade exercesse a sabedoria de agregar um mínimo de experiência profissional aos seus docentes responsáveis por disciplinas profissionalizantes, ou até atrair para seus quadros docentes nestas disciplinas profissionais de enorme competência e experiência que não seguiram em suas vidas os caminhos acadêmicos.

No entanto, para o exercício profissional propriamente dito, para o enfrentamento dos problemas colocados pelo cotidiano de projetos e frentes de trabalho, ou seja, para os profissionais de mercado, a titulação acadêmica não acrescenta nenhum atributo de qualificação que possa confiavelmente distinguir o grau de competência e eficiência entre diferentes profissionais. Pelo contrário, os mais experientes empregadores empresariais tenderão a cismar-se frente a um currículo onde o destaque maior seja a titulação acadêmica alcançada pelo pretendente. Aliás, considere-se adicionalmente que a grande maioria dos pós-graduandos brasileiros vêm em linha direta do curso de graduação, não passando por uma mínima experiência sequer de exercício profissional que lhe pudesse ter sugerido um rumo técnico a seguir e cultivar. A pós, hoje, em muitos casos, constitui, com suas bolsas de sustentação, uma opção empregatícia. Por óbvio que aqui não se está pretendendo valorizar

apenas a experiência profissional ou o empirismo técnico, também não suficientes isoladamente para a boa qualificação de um profissional. O treinamento e o aprendizado constantes e permanentes constituem complemento essencial e indissociável da boa formação prática.

Mas esse treinamento objetivo, deliberadamente concebido para o enriquecimento técnico-científico de profissionais “de campo”, diferentemente dos cursos acadêmicos de pós-graduação, excessivamente longos, exigentes de alta carga horária presencial e disciplinarmente dispersivos, devem atender as marcantes particularidades destes profissionais: escassez de tempo e dificuldade de deslocamentos constantes. Ou seja, terão que ser cursos de especialização, aperfeiçoamento, atualização de curta a média durações, disciplinarmente objetivos, com baixa carga horária presencial. Do ponto de vista financeiro deverão ser cursos preferivelmente gratuitos, uma vez que são realizados via de regra às expensas do próprio profissional.

Esse tipo de treinamento deve ser oferecido por instituições públicas ou privadas de ensino e/ou pesquisa, mas com critérios rígidos de credenciamento e controle de qualidade, de tal forma que resultem de fato em sensível melhor qualificação de seus alunos e que os documentos comprovantes de sua frequência possuam a credibilidade necessária para que sejam reconhecidos como diferenciais de qualificação profissional por futuros empregadores.

Há algumas experiências já realizadas nessa direção, como por exemplo os cursos de mestrado profissionalizante. Uma tentativa que ficou ao meio do caminho. Não me parecem fazer muito sentido, pois que a titulação acadêmica decididamente não faz parte das expectativas de um profissional de mercado, e esse profissional não tem porque constranger-se por não possuir algum tipo de título acadêmico. Importante adicionalmente observar-se que a demanda por cursos de pós-graduação estabelecida pelas exigências de contratação no setor público e no setor privado tem introduzido um viés comercial no oferecimento massivo desses cursos, o qual, é de se esperar, é acompanhado de um decorrente viés de perda de qualidade e seriedade.

Enfim, no que se refere à necessidade de melhor qualificação técnico-científica dos profissionais de mercado, há que se concentrar o foco e valorizar como instrumentos de um treinamento de alta qualificação e significado os cursos não acadêmicos de atualização, especialização e aperfeiçoamento. Esse é o passo que interessa à Engenharia brasileira, e pelo qual as Associações Profissionais e Técnico-Científicas que abrigam profissionais de mercado devem dirigir todo seu empenho.

Geól. Álvaro Rodrigues dos Santos (santosalvaro@uol.com.br)

- Ex-Diretor de Planejamento e Gestão do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- Autor dos livros “Geologia de Engenharia: Conceitos, Método e Prática”, “A Grande Barreira da Serra do Mar”, “Diálogos Geológicos”, “Cubatão”, “Enchentes e Deslizamentos: Causas e Soluções”, “Manual Básico para Elaboração e Uso da Carta Geotécnica”, “Cidades e Geologia”
- Consultor em Geologia de Engenharia e Geotecnia